

# A Primeira Guerra Mundial e as teorias marxistas da revolução<sup>1</sup>

**Peter Thomas**

Professor de História do Pensamento Político na Brunel University (Inglaterra)

---

<sup>1</sup> Tradução de Fernando Pureza.

### **A Primeira Guerra Mundial e as teorias marxistas da revolução**

**Resumo:** O artigo examina o pensamento político e estratégico de duas figuras marxistas chave do período entreguerras, Leon Trotsky e Antonio Gramsci. Para tal, explora como estes dois pensadores formularam novos desdobramentos teóricos no marxismo durante o período entreguerras, com suas respectivas teorias de revolução permanente e revolução passiva. Além disso, lança questões para entender como essas teorias foram recepcionadas no pensamento marxista ao longo do século XX e sua atualidade.

**Palavras-chave:** 1. Antonio Gramsci; 2. Leon Trotsky; 3. Revolução.

### **The First World War and Marxist Theories of Revolution**

**Abstract:** The article examines the political and strategic thinking in two key Marxist figures of the interwar period, Leon Trotsky and Antonio Gramsci. For explores how these two intellectuals have formulated their theories of permanent revolution and passive revolution. Finally, proposes questions to understand how these theories were interpreted in the Marxist tradition throughout the twentieth century and their actual relevance.

**Keywords:** 1. Antonio Gramsci; 2. Leon Trotsky, 3. Revolution.

A Primeira Guerra Mundial foi um grande momento formativo no desenvolvimento e refinamento da teoria marxista e da estratégia socialista. Os marxistas viram-se incapazes de responder aos horrores da guerra imperialista com seus conceitos previamente elaborados; como uma tradição, o marxismo foi profundamente transformado pelos problemas políticos concretos que surgiram em meio ao tumulto cataclísmico iniciado em 1914. Em particular, as traições do ostensivamente ‘revolucionário’ movimento social democrático geraram um profundo repensar sobre o conceito de revolução, desde o retorno de Lenin ao estudo de Hegel nos primeiros anos da guerra, os intensos debates entre os Bolcheviques no *interregnum* entre fevereiro e outubro de 1917, assim como o longo e trágico processo da derrota da revolução alemã, a fundação da Terceira Internacional Comunista em 1919 e mais.<sup>2</sup> Uma reflexão de Lukács em homenagem ao recém falecido Lenin, em 1924, capturou de forma sucinta as coordenadas definitivas desse desenvolvimento: “A atualidade da revolução, em sua eminência e eficácia, reagiu sobre o conceito de revolução e produziu uma nova compreensão da natureza e das possibilidades para a transformação socioeconômica numa época de intenso imperialismo” (LUKÁCS, 1970, p.11).

Neste artigo, eu examino o pensamento político e estratégico de duas figuras marxistas chave do período, Leon Trotsky e Antonio Gramsci, dois pensadores que formularam novos desdobramentos teóricos no marxismo durante o período entreguerras, com suas respectivas teorias de revolução permanente e revolução passiva. Embora Trotsky já houvesse formulado as coordenadas para a constituição dialética de suas teorias sobre a revolução permanente e “o desenvolvimento desigual e combinado” durante a Rússia pré-guerra, entre 1905 e 1907, foi apenas com o desencadear da Primeira Guerra Mundial e,

---

<sup>2</sup> Para uma análise do impacto da leitura de Hegel feita por Lenin no seu conceito de revolução e, de forma mais abrangente, na sua teoria marxista, ver Anderson (2007), Balibar (2007) e Kouvelakis (2007a).

particularmente, com a Revolução Bolchevique, que ele acreditou encontrar tanto a exatidão de sua teoria como também uma estratégia socialista que poderia ser adequada para outras sociedades de “desenvolvimento tardio”. Foi somente diante das mudanças do espaço político internacional decorrente da Primeira Guerra Mundial que Trotsky conseguiu estender e generalizar seus conceitos, anteriormente concentrados apenas no caso “particular” da Rússia czarista. Nesse sentido, a Primeira Guerra Mundial surge como um divisor de águas no desenvolvimento do pensamento teórico e político de Trotsky e seu conceito de revolução permanente só pode ser compreendido a partir do contexto das transformações que o produziram.

Para Antonio Gramsci, por sua vez, os efeitos da guerra, tanto no desenvolvimento capitalista como nas formas organizacionais do movimento socialista internacional, marcaram um repensar sobre a teoria e a estratégia revolucionária.<sup>3</sup> Gramsci, como se sabe, saudou a Revolução Bolchevique como uma “Revolução contra o Capital”. Quebrando com a cadeia “normal” de eventos, os Bolcheviques responderam àquilo que Marx não pôde prever: “à guerra na Europa”, “três anos de inenarrável sofrimento e dificuldades”, uma guerra que lançou a Rússia para uma nunca antes vista “vontade coletiva e popular” que fez acontecer a revolução (GRAMSCI, 1994, p.39-40). Apesar disso, a derrota de outros movimentos revolucionários que emergiram nos anos posteriores da guerra foi decisiva para que Gramsci repensasse seu conceito de revolução, assim como para o movimento comunista internacional” (ELEY, 2002, p.154-156).

Com a ascensão do fascismo na Itália e a “estabilização” geral do capitalismo internacional no período pós-guerra, Gramsci argumentou que havia ocorrido uma transição de uma “guerra de movimento” para uma “guerra de posições (Q.101, §9).<sup>4</sup> Após sua prisão, no final dos anos 1920, Gramsci trabalhou nos seus Cadernos do Cárcere para desenvolver o distinto conceito de revolução passiva para descrever a transformação das condições geopolíticas e domésticas da política revolucionária. Como no caso de Trotsky, a renovação gramsciana

---

<sup>3</sup> Sobre o impacto da Primeira Guerra Mundial no desenvolvimento do “socialismo para o comunismo” de Gramsci, ver Rapone (2011).

<sup>4</sup> Gramsci definiu precisamente o ano de 1922 para essa transformação – quando o fascismo chegou ao poder na Itália e se deu a transição para a NEP na União Soviética.

das teorias marxistas da revolução ocorreu dentro das novas coordenadas de um novo sistema de Estado e temporalidade do desenvolvimento capitalista que emergiu após a Primeira Guerra Mundial.

Os conceitos de “revolução passiva” e “revolução permanente”, assim como as teorias de Gramsci e Trotsky em âmbito mais geral, foram tomados por alguns autores como orientações diametralmente opostas. Contudo, como pretendo discutir nesse artigo, pensar na junção desses dois conceitos nos permite discernir certos elementos comuns em suas novas formulações, tanto como respostas às consequências socioeconômicas e políticas da Primeira Guerra Mundial, como enquanto tentativas compartilhadas de herdar e transformar elementos centrais dos antigos conceitos marxistas de revolução, ao mesmo tempo que pretendo destacar as diferentes consequências estratégicas que lhes seguem.

## Revolução permanente

A teoria da revolução permanente de Trotsky, seus complementos e suas pré-condições teóricas, a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, foram inicialmente esboçados durante o período da primeira Revolução Russa oriunda da guerra Russo-Japonesa, numa série de artigos e análises vistos na obra *Balanço e Perspectivas* (1906).<sup>5</sup> Eles foram criados durante uma intervenção num debate corrente na época dentro da social democracia internacional, focada principalmente na experiência russa, assim como na natureza e na temporalidade das relações das revoluções “burguesas” (democráticas) e “proletárias” (socialistas).<sup>6</sup> Contudo, foi somente depois da Revolução de Outubro de 1917 que Trotsky passou a considerar como uma comprovação de suas perspectivas originais sobre o caso russo. Diante também da pressão das polêmicas cada vez maiores dentro do movimento comunista e

---

<sup>5</sup> Ver Trotsky (1969). Nesse texto, contudo, Trotsky ainda não utilizara o termo ‘revolução permanente’ [*permanentnaya revolyutsiya*], mas sim seu equivalente na língua russa comum, ‘revolução ininterrupta’ [*niepreryvnaya revolyutsiya*]. Os dois termos eram geralmente usados como sinônimos nos debates marxistas russos do período. Ver Knei-Paz (1979, p.152). Ver também Day e Gaido (2009, p.449).

<sup>6</sup> Ver Day e Gaido (2009) para uma compilação dos pontos centrais dessa discussão. Para uma perspectiva crítica sobre esse debate, ver Lih (2012).

das lutas fracionais que se seguiram e o levou ao exílio da União Soviética e o isolamento dos comunistas é que Trotsky passou a elaborar sua teoria numa perspectiva mais abrangente, com relevância particular a outras sociedades de desenvolvimento tardio. Na introdução de *A Revolução Permanente*, publicada em 1930 como uma sequência e uma defesa dos textos de *Balanço e Perspectivas*, Trotsky elaborou de forma sucinta os “elementos constitutivos da teoria da revolução permanente”:

A revolução permanente, no sentido que Marx deu a esse conceito, significa uma revolução que não tem compromisso com nenhuma forma de domínio classista, que não se interrompe diante de um estágio democrático, que recorre diretamente à medidas socialistas e à guerra contra a reação; ou seja, uma revolução onde cada estágio sucessivo está enraizada na anterior e que só está terminada diante da abolição da sociedade de classes (TROTSKY, 1969. p.130-131).

Ele então distinguiu “três linhas de pensamento que estavam unificadas por essa teoria”. A primeira, é que “tomava o problema da transição da revolução democrática para a revolução socialista” (IBID., p.131). Em outras palavras, a teoria da revolução permanente rejeita o esquema “historiosófico” que muitas vezes foi conferido ao marxismo, segundo a qual haveria um “padrão no desenvolvimento histórico”. Nesse padrão, uma revolução burguesa estabeleceria uma forma “democrática” de governo que então torna-se a fundação para a eventual transformação da forma em conteúdo, transformação essa promovida pelo proletariado no processo da revolução socialista, onde finalmente estaria estabelecida a democracia “real”, ou a sociedade socialista. A teoria da revolução permanente de Trotsky, ao menos em sua forma mais desenvolvida, é uma teoria que rejeita as tentativas de pensar a imanência de cada revolução diante de outras, apelando para um olhar mais sincrônico e menos diacrônico.

A segunda, é que a revolução permanente significa o processo de contínua transformação e renovação da sociedade numa revolução socialista enquanto um processo de “luta interna constante”, de “revoluções na economia, na técnica, na ciência, na família, na moral e na vida cotidiana [que] desenvolvem uma complexa ação recíproca e que não permitem que a sociedade atinja um equilíbrio” (IBID., p.132). Trotsky argumenta que esse processo necessariamente

aborda um caráter mais político (e não meramente social), tendo em vista que ele desenvolve (ou é desenvolvido por) “colisões” entre vários grupos sociais (IBID., p.132). A revolução permanente, portanto, envolve uma interação dialética contínua entre o social e o político, na qual a transformação em um campo se consolida ao mesmo tempo em que ela é contestada em outro.

A terceira, por sua vez, é que a premissa da teoria da revolução permanente advém do caráter necessariamente internacional da revolução socialista, a qual pressupõe o caráter necessariamente internacional do modo de produção capitalista, assim como de sua criação e extensão sobre um mercado mundial. “Ela flui”, segundo Trotsky, “do atual estado da economia e das estruturas sociais da humanidade”, enquanto “uma reflexão teórico-política do caráter da economia mundial” (IBID., p.133). A revolução permanente, por assim dizer, é “permanente” porque se trata de um processo revolucionário que se sobrepõe às fronteiras de países específicos. Assim, ela encontra tanto sua pressuposição como sua conclusão na noção de revolução mundial, sendo ela mesma determinada pelo amadurecimento do conflito das forças produtivas com as relações de produção no modo de produção capitalista global, entendido como uma totalidade cada vez mais complexa e internamente diferenciada. Uma “revolução nacional”, como Trotsky afirma, “não é [ou melhor dizendo, não pode ser num sistema imperialista de competição e dependência enquanto forma de organizar mercados] uma totalidade completa; é apenas um elo numa corrente internacional. A revolução internacional constitui um processo permanente, apesar de seus declínios e hesitações temporárias” (IBID., p.133).

Trotsky argumentou ainda que a possibilidade de uma revolução permanente está baseada nas tensões socioeconômicas e suas transformações, mas que ela se confirma, ou “se confirma historicamente”, no nível das transformações políticas mais fundamentais, as quais por sua vez redefinem as relações socioeconômicas que lhes são condições necessárias. Tal situação envolve simultaneamente uma “permanência” ou continuidade das relações transitivas no âmbito do Estado e das formas de governo (da democrática-burguesa para a socialista), no âmbito da dialética das relações sociais e políticas (transformações sociais dando origem a novas lutas políticas e vice-versa) e no âmbito das relações nacionais-internacionais (o entrecruzamento de formações sociais discretas numa economia-global totalizante). Em outras palavras, a

revolução permanente é, em última instância, uma implícita teoria *política* da revolução (contrastando com o que seriam teorias sociais ou econômicas sobre o tema), porque ela necessariamente aponta para uma teoria da organização das forças revolucionárias que seriam capazes de coordenar relações entre lutas revolucionárias na história de uma específica formação nacional, assim como sua inserção e suas determinações diante de um modo de produção internacional e um sistema estatal.<sup>7</sup>

### Desenvolvimento desigual e combinado

De forma significativa, então, as interpretações sobre a teoria da revolução permanente se focaram exclusivamente na primeira e na terceira “linha de pensamento” propostas por Trotsky, exibindo um relativo negligenciamento da segunda. Isso pode ser dito a partir do fato de que comparativamente houve pouca atenção dedicada à análise das especificidades do “processo político”, preferenciando assim um foco mais voltado à teoria “econômica” que lhe dá suporte, a dizer, a teoria do desenvolvimento desigual e combinado. De fato, as duas teorias são geralmente tomadas como uma espécie de sinônimos, isso quando uma não se torna uma extensão natural da outra.<sup>8</sup> Com a reconfiguração e a extensão do mercado mundial capitalista no período posterior daquilo que Arno Mayer sugestivamente chamou de “Segunda Guerra dos Trinta Anos”,<sup>9</sup> conforme movimentos de libertação nacional e

---

<sup>7</sup> Eu tendo a discordar parcialmente de Knei-Paz quando ele argumenta que “se o que Trotsky acreditava sobre os trabalhadores russos fosse verdade, então a teoria da ‘revolução permanente’ não tinha necessidade de considerar os instrumentos organizacionais que colocariam o mecanismo da revolução em ação – os próprios trabalhadores... seriam esse instrumento, o agente e o veículo da mudança social” (KNEI-PAZ, 1979, p.172). A teoria completa de Trotsky tem implicações organizacionais bastante claras, diante da necessidade de uma reflexão sobre as transformações em diferentes âmbitos da sociedade, ainda que seja verdade que isso não havia sido articulado nos escritos de Trotsky antes da década de 1930.

<sup>8</sup> Para um exemplo dessa tendência, ver Dunn e Radice (2006). Apesar da promessa do título, *100 anos da Revolução Permanente*, a maioria das contribuições na obra se focam principalmente na teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Para uma reflexão sobre as implicações políticas da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, focada principalmente em seu apelo “internacional”, ver o capítulo escrito por Anieva nessa mesma obra.

<sup>9</sup> Ver principalmente Mayer (1981).



descolonização acabaram sendo integrados na antiga periferia, ou até mesmo excluídos das formações sociais nos círculos da acumulação capitalista (ocidental), a relevância de uma teoria como o desenvolvimento desigual e combinado fica evidente, pois ela busca pensar a integração internacional simultânea e a distinção contínua produzida e reproduzida que o modo de produção capitalista aumentara.

Pode-se argumentar que sua fertilidade analítica é o que constitui uma das principais razões para o apelo sobre o pensamento de Trotsky no período pós-Segunda Guerra, produzindo algumas impressionantes sínteses teóricas.<sup>10</sup> De certa forma, isso explica também porque o poder explanatório dessa teoria não se esvaneceu nos últimos anos; a última década da teoria marxista em âmbito internacional testemunhou um incessante debate que busca refletir sobre a relevância contemporânea da teoria do desenvolvimento desigual e combinado e que pode ser considerada uma análise imprescindível para compreender a dinâmica fundamental do modo de produção capitalista, que retomou sua predominância nessa última fase da globalização.<sup>11</sup> Algumas dessas discussões chegaram, inclusive, a produzir tentativas de refletir se Gramsci não poderia ser pensado também como um teórico da natureza desigual e combinada do desenvolvimento capitalista, que ativamente produz os anacronismos que lhes permite o “progresso necessário” para manter a predominância econômica e política.<sup>12</sup>

Com algumas raras exceções, contudo, a dimensão propriamente “política” da teoria da revolução permanente – isso é, seu estatuto enquanto teoria da prática política transformativa e sua forma específica como revolução, em relação a uma miríade de outras formas modernas de revolução – manteve-se relativamente subdesenvolvida. A revolução permanente, como foi desenvolvida, emerge quase que “organicamente” da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, num modelo bem conhecido como “derivação” do político a partir do socioeconômico, ou da redução do primeiro para uma

---

<sup>10</sup> Ver, por exemplo, Mandel (1975). Para reflexões críticas dessa teoria, ver Van der Linden (2007).

<sup>11</sup> Para exemplos representativos, ver Rosenberg (2005); Allinson e Anievas (2009); Davidson (2006).

<sup>12</sup> Ver, por exemplo, Morton (2007).

expressão (mais ou menos) automática do último. Em particular, o status da revolução como “permanente” para Trotsky geralmente foi tomado de forma simplista e exaustiva como uma “ininterrupta”, e até mesmo “contínua”, natureza da revolução, como se fosse uma imediata transição do seu aspecto “democrático” para ser uma revolução “socialista”.<sup>13</sup> Como um dos mais eloquentes defensores de Trotsky, Michael Löwy argumentou que a teoria da revolução permanente envolve a “transição ininterrupta da revolução democrática para a socialista”; sua premissa central era a possibilidade de transformar uma revolução democrático-burguesa numa revolução socialista-proletária a partir do protagonismo dos trabalhadores no processo revolucionário (LÖWY, 1982. p.1).

Muitas das formulações de Trotsky, tanto em *Balanço e Perspectivas* como em *A Revolução Permanente*, podem ser lidas por essa ótica. Ele argumentava, como se pode perceber, de acordo com a posição democrática-revolucionária levada adiante por Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*, que a “democracia (...) é apenas um prelúdio para a revolução socialista. Uma está vinculada à outra num elo inquebrável. Portanto, fica aí estabelecido um permanente estado permanente de desenvolvimento revolucionário entre a revolução democrática e a reconstrução socialista da sociedade” (TROTSKY, 1969. p.132). O foco sobre a natureza ininterrupta da revolução permanente claramente possui grande força analítica em termos de compreensão não somente dos tipos de revolução que emergiram diretamente das experiências da Primeira Guerra Mundial, tal como a Revolução Russa e, num sentido diferente, a Revolução Alemã. Ela também parece apropriada para compreender outros movimentos revolucionários que, no despertar de outubro de 1917, foram determinados pelas cambiantes relações das forças geopolíticas durante o período entreguerras e pós-Segunda Guerra Mundial. Como Löwy argumenta numa apresentação bastante famosa, entendida primeiramente como uma teoria da natureza ininterrupta do processo revolucionário, a teoria de Trotsky

---

<sup>13</sup> Como já apontei anteriormente, “permanente” e “ininterrupta” eram usados como sinônimos na discussão original a qual Trotsky interveio e, portanto, assim permaneceram. Mas indo além da iminência temporal e da progressão sem pausas por diversos estágios, contudo, essa identificação dos termos não resolve a questão das outras qualidades – estruturais, institucionais e formais – que Trotsky (e os outros participantes desse debate) levantara, implícita ou explicitamente, à revolução ininterrupta/ permanente.

da revolução permanente pode ser vista “não apenas por [ter] previsto a estratégia geral da revolução de outubro”, mas também por ter provido “ideias centrais para compreender outros processos revolucionários que aconteceriam posteriormente na China, na Indochina, em Cuba, etc.” (LÖWY, 2006).

Todavia, há um número significativo de dificuldades históricas e analíticas com essa leitura “clássica” ou “tradicional” da teoria de Trotsky. Primeiramente, ela implicitamente reduz a distância entre a teoria e a tipologia das diferentes revoluções, vendo-as como posições numa sequência pré-determinada a qual ele, assim como Lenin (ainda que por razões distintas), estava lutando para quebrar.<sup>14</sup> Se “permanente” for entendido somente como “ininterrupta”, a teoria da revolução permanente não seria, de fato, uma ruptura radical com as teorias “etapistas” da revolução, mas sim uma forma “telescópica” de compreendê-las (DRAPER, 1978, p.175).<sup>15</sup> Ela defenderia uma sequência linear (ou “etapas”) de revoluções (da “democrático-burguesa” à “socialista-proletária”) determinada temporalmente, constituindo ao mesmo tempo uma ordem que se propõe a negar tal sequência, ou seja, advogando a necessidade de mover-se rapidamente sobre ela, ou mesmo “saltar” sobre uma etapa para atingir uma posição mais “avançada” nessa sequência linear, ou mesmo para atingir uma “etapa” mais desenvolvida (VAN REE, 2013, p.546). O que se perde com isso é justamente a ênfase de Trotsky de que a revolução permanente representa uma rejeição fundamental da noção de etapas diante de uma nova definição qualitativa sobre a revolução (nem “democrático-burguesa”, nem “socialista-proletária” se esta for compreendida como necessariamente fundada

---

<sup>14</sup> Sob pressão de polêmicas com as lutas fracionais no final da década de 1920 e em resposta ao abandono de Radek à posição trotskista, Trotsky afirmou, em 1930, que a noção de Lenin de “crescimento” a partir de uma revolução burguesa em direção a uma revolução socialista em 1917 representava a “mesma ideia” que sua ideia de “revolução permanente e ininterrupta” (TROTSKY, 1969, p.136). Porém, é possível argumentar que a concepção de Lenin sobre o distinto caso do “poder dual” do processo revolucionário russo de 1917 ainda envolvesse a concepção de estágios que, por sua vez, seriam incompatíveis com a teoria desenvolvida por Trotsky (LENIN, 1964, p.55-92).

<sup>15</sup> Draper usa o termo “visão telescópica” (*telescoping*) que é originário da posição de Engels sobre a *Vörmarz* na Alemanha, o período pré-revolução de 1848. Larsson (1970, p.31) defendera uma concepção marxista de “desenvolvimento comprimido”. Löwy (1981, p.3) concorda que o texto de Marx e Engels contém tanto posições “etapistas” como “permanentistas” em sua definição de revolução permanente, sendo que a última constituiria a inovação decisiva tomada por Trotsky.

sobre a primeira). Essa, por sua vez, seria uma revolução correspondente a mudança no equilíbrio de forças das classes sociais e nas possibilidades políticas de uma época de crescente imperialismo.

O argumento de Trotsky é de que a possibilidade generalizada de uma revolução permanente envolveria uma redefinição das tarefas históricas de um processo fundamental de transformação sócio-política, assim como de seus agentes. As reformas democráticas instituídas por um governo de trabalhadores, por exemplo, estariam integralmente conectadas à questões sobre a propriedade privada no âmbito daquilo que Hegel e Marx caracterizaram como “sociedade civil”, ou seja, aquilo que não é do âmbito da esfera política hegeliana, oriunda das reformas democrático-burguesas. A proposta de Trotsky não deveria, portanto, ser reduzida à equação “revolução permanente = revolução burguesa (sociedade política) + revolução proletária (sociedade civil) num curto período de tempo”. Ao invés disso, ela deveria ser compreendida como indicativo da emergência de um novo tipo qualitativo de revolução no início do século XX, irreduzível a soma supostamente histórica de suas partes, colocando assim a divisão entre sociedade civil e sociedade política em xeque.

Em segundo lugar, a força analítico-descritiva conquistada por uma compreensão temporal da revolução permanente pode rapidamente se tornar uma fragilidade profunda, principalmente quando consideramos sua capacidade de predições e avaliações, tanto contemporâneas como futuras. Enquanto modelo de “fusão temporal” das revoluções burguesa e socialistas, a revolução permanente pode ajudar a analisar muitas das revoluções do século XX que lutaram contra “pré” ou “proto” Estados burgueses, assim como as possibilidades de uma transição direta para a reconstrução socialista de formações nacionais e sociais, tomando como base o lugar ocupado por esses países no sistema internacional capitalista. As lutas de libertação nacional que foram uma das maiores (mesmo quando indiretas) consequências da mobilização permanente da primeira metade do século XX são os exemplos mais gritantes.

Pode até ser que isso nos ajude, hoje em dia, a identificar alguns dos desafios que enfrentam movimentos contemporâneos no norte da África, no mundo árabe, entre outros, contra Estados autoritários. Caracterizar eles como “pré-burgueses”, contudo, só pode ser feito sob o risco de uma visão excessivamente

orientalista que minimiza as histórias de revoluções e contrarrevoluções do século XX.<sup>16</sup> É mais difícil, contudo, ver como tal teoria poderia auxiliar na coordenação da ação revolucionária nas extremamente burguesas e formalmente democráticas sociedades contemporâneas do Ocidente, onde tal transição não está na agenda política. A revolução permanente só seria relevante, então, para uma fase prévia do desenvolvimento do modo de produção capitalista e seus sistemas políticos, uma aberração historicamente datada que emergiria na Primeira Guerra Mundial e perderia sua força propulsiva conforme a Segunda Guerra se avizinhasse (DAVIDSON, 2010; 2012, p.621-629).

Em terceiro lugar, e talvez a questão mais problemática que surge na leitura mais “tradicionalista” da teoria da revolução permanente, é que ela foca exclusivamente nas dimensões temporais concebidas como reflexo político das contradições do desenvolvimento desigual e combinado. Esse foco, contudo, não consegue apontar concretamente quais seriam as formas políticas e institucionais que tornariam a revolução, de fato, “permanente”. E será que um chamado para uma revolução “ininterrupta” e “contínua”, sem outras qualificações, não correria o risco de cair exatamente na posição que o jovem Marx, em *A Questão Judaica*, havia criticado por sua dificuldade em compreender a relação dialética entre transformações sociais e coordenação, compreensão e consolidação política? Como muitos de seus contemporâneos, absorvendo as tradições e os legados da retórica revolucionária derivadas da Revolução Francesa, Marx e Engels desenvolveram, implicitamente e explicitamente, uma série de conceitos de revolução permanente na década de 1840, ainda que sem dar nenhuma formulação ou definição sobre o termo.<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup> Para duas tentativas de análise representativas sobre as transformações no mundo árabe relacionadas com o conceito de revolução permanente, ver Bush (2011) e Michael-Matsas (2011).

<sup>17</sup> Os usos explícitos do termo “revolução permanente” (e “revolução em permanência”) incluem, entre outros, passagens de *A Questão Judaica*, *A Família Sagrada*, *Lutas de Classes na França* e a “mensagem à direção da Liga Comunista” de março de 1850. A frase foi regularmente evocada por outros radicais nos anos que abrangeram as revoluções de 1848. Ver, por exemplo, a obra de Proudhon, *Brinde à Revolução*, escrita em 14 de outubro de 1848.

Em particular, ainda que a frase em si não apareça, o *Manifesto do Partido Comunista* pareceu a muitos estudiosos ser uma obra que proveu um precedente para a noção de revolução permanente como uma “visão telescópica” da unidade e da pequena duração do processo das revoluções democrático-burguesas e das revoluções socialistas/comunistas-proletárias.<sup>18</sup> Na época da criação de *A Questão Judaica* (fins de 1843), contudo, a discussão de Marx sobre revolução permanente destacou um dos limites imanentes e os riscos esperados do pensamento sobre a revolução em termos de uma contínua e ininterrupta sequência. Refletindo sobre as contradições do processo de radicalização dos jacobinos, assim como sobre o desenlace do Terror, Marx percebeu que

É certo que nas épocas em que o Estado político nasce violentamente, como tal, do seio da sociedade burguesa, quando a auto-emancipação humana aspira realizar-se sob a forma de auto-emancipação política, o Estado pode e deve ir até à abolição da religião, até sua destruição, assim como vai até à abolição da propriedade privada, das taxas exorbitantes, do confisco, do imposto progressivo, à abolição da vida, à guilhotina. (...) Só pode consegui-lo, todavia, mediante contradições violentas com suas próprias condições de vida, declarando permanente a revolução (MARX; ENGELS, 1975-2005).

Como Marx salientou, essa versão da “permanência” da revolução (na verdade, o seu fetichismo, como se ela fosse um fim em si mesma) acabaria se exaurindo, ou mesmo devorando seus próprios filhos, para usar uma formulação clássica. Ela é incapaz de pensar sobre a necessidade da imanência das formas de emancipação política diante de seu conteúdo socioeconômico. Para evitar tal conclusão “terrorista” ou “aventureira”, é necessário pensar concretamente sobre as mediações políticas necessárias que possam sustentar um processo de revolução ininterrupta, especialmente diante das “constantes lutas internas” e das “complexas ações recíprocas” entre o político e o

---

<sup>18</sup> A afirmação da presença “implícita” do conceito no *Manifesto*, assim como em outros textos de Marx e Engels, parece alertar também para o desafio metodológico do anacronismo e das relações entre palavras e conceitos da história do pensamento político: a dizer, até que ponto é legítimo – e legítimo diante de seus fins – procurar pelas “sementes” ou “partes fundacionais” de uma teoria ou de um conceito em textos compostos antes mesmo dessa teoria ou conceito estar explicitamente formulado, principalmente nos textos em que essas palavras ou frases sequer aparecem?

socioeconômico, como Trotsky argumentara (TROTSKY, 1969, p.132). E foi precisamente tal teoria da organização revolucionária que Antonio Gramsci procurou desenvolver em sua própria e distinta reformulação das teorias marxistas da revolução no período entreguerras.

## Revolução passiva

O conceito de Gramsci de revolução passiva foi inicialmente esboçado numa série de rascunhos sucessivos no final da década de 1920 e início da década de 1930 nos textos que ficaram conhecidos como *Cadernos do Cárcere*, escritos após o autor ter sido preso pelos fascistas, mas publicados somente no período pós-guerra. Enquanto o conceito de “hegemonia” começou a ser discutido já na década de 1950, somente na década de 1970 é que ele foi relacionado ao conceito de revolução passiva. A distinção desse conceito em comparação com outras teorias marxistas sobre a revolução começou, então, a ser amplamente reconhecida.<sup>19</sup> Uma certa interpretação do conceito de revolução passiva foi central para as propostas do chamado eurocomunismo, exercendo uma influência sobre os termos do debate acerca da “crise do marxismo” e na posterior transição de vários pós-marxismos. Na Grã-Bretanha da década de 1980, reformulado a partir da noção de “modernização regressiva”, o conceito foi desenvolvido por Stuart Hall (1988) como uma maneira de descrever o thatcherismo. Na Alemanha, o conceito exerceu um importante papel nas teorizações sobre pós-fordismo e neoliberalismo feitas por Wolfgang Fritz Haug (2006), Mario Candeias (2004) e Jan Rehmann (1998), entre outros. Em recentes estudos filológicos gramscianos, principalmente na Itália, no México e no Brasil, o conceito e seu significado contemporâneo como análise do neoliberalismo foi reconstruído de formas diversas, ou até mesmo contestado, por autores como Fabio Frosini (2012), Dora Kanoussi (2000) e Carlos Nelson Coutinho (2012). Mais recentemente, o conceito foi também desenvolvido em debates sobre a formação do Estado e a economia política

---

<sup>19</sup> Sobre a história do conceito de revolução passiva, ver Frosini (2007) e Liguori (2012).

internacional, dando espaço para interpretações conflituosas tanto sobre o sentido do conceito como sobre sua relevância para o mundo contemporâneo.<sup>20</sup>

Ao contrário do que a breve lista de interpretações citada acima pode sugerir, há diferentes versões sobre a teoria da revolução passiva, desde aquelas teorias sistêmicas mais pessimistas, que afirmam o *status quo*, até aquelas que tentam utilizá-la para identificar possibilidades de remover a passividade de mobilizações. Além disso, e justamente enquanto interpretações, elas foram elaboradas em períodos históricos muito distintos daquele vivido por Gramsci, e, portanto, pode-se argumentar que foram bem menos determinados pelos debates políticos e teóricos, assim como pelos interesses que emergiram daquela conjuntura, dando origem assim a novas ênfases. Qual foi, então, a formulação original do conceito feita por Gramsci em seu contexto histórico? Assim como em todos conceitos gramscianos, é necessário estudar o desenvolvimento do conceito a partir daquilo que um dos seus mais famosos estudiosos, Gianni Francioni (1984), descreveu como “laboratório dialético” dos *Cadernos do Cárcere*. Ao invés de ser compreendido como uma formulação definitiva ou uma análise concluída, Gramsci nos oferece a possibilidade de entender o conceito enquanto rascunhos de um projeto de pesquisa cuja incompletude constitutiva estava diretamente relacionada as suas considerações estratégicas nesse período.

Nas primeiras etapas da pesquisa, no final de 1929 e início de 1930, Gramsci se apropriou do conceito de revolução passiva de Vincenzo Cuoco, o historiador da fracassada revolução napolitana de 1799. Num primeiro momento, Gramsci transformou o conceito para conseguir analisar as distintas peculiaridades do *Risorgimento* italiano, que ele afirmava ser caracterizado pelo fracasso em construir um projeto hegemônico coerente. Nesse contexto, o termo “revolução passiva” era usado para descrever o “fato histórico da falta de iniciativa popular no desenvolvimento da história italiana”, algo corporificado no papel dos moderados no *Risorgimento*, que buscavam prevenir que a iniciativa popular tomasse uma forma política organizada. Em particular, Gramsci estava destacando a falta de um “momento jacobino” e popular que

---

<sup>20</sup> Ver o número especial de *Capital & Class*, editado por Adam Morton (2010), que inclui uma grande variedade de contribuições históricas e geográficas.



distinguiu a experiência da Revolução Francesa. A formação do moderno Estado nacional italiano, de acordo com ele, teria sido resultado de uma “revolução sem revolução”, ou em outros termos, uma “conquista monárquica” e não um “movimento popular” (Q.1 §44).<sup>21</sup> Era uma transformação das formas políticas empreendidas pelas elites, forjada na retórica de movimentos revolucionários anteriores, mas sem o extensivo envolvimento das classes subalternas que levava ao questionamento das relações econômicas e sociais anteriores.

Contudo, logo ficara claro para Gramsci que seu conceito poderia ter um significado mais abrangente enquanto critério para a pesquisa histórica a partir de períodos e países que tivessem tido semelhante falta de ímpeto modernizador vindo de baixo. Logo, uma segunda extensão do conceito, empreendida no final de 1930 em diante, é que ele foi utilizado para descrever o processo de modernização sócio-política de outros Estados nacionais europeus com experiências semelhantes à da Itália.<sup>22</sup> A principal referência aqui era a Alemanha bismarckiana, similarmente caracterizada pelas transformações das formas políticas de uma sociedade que acabou fracassando ao questionar suas estruturas socioeconômicas. Aqui o conceito de Gramsci passara por uma expansão explicativa ao identificar similaridades substanciais entre a conjuntura das classes sociais dessas diferentes experiências nacionais, apesar de suas aparente diferenças. Revolução passiva, como na sua primeira dimensão, continuava assim a se referir a eventos históricos específicos ou a um conjunto de eventos.

Mas há ainda um terceiro evento, particularmente em 1932, quando Gramsci se perguntou se o conceito de revolução passiva poderia ter uma

---

<sup>21</sup> Gramsci originalmente usou o termo “revolução sem revolução”, acrescentando posteriormente “revolução passiva” nas margens do caderno posteriormente. Em outra parte, ele utilizara a frase “conquista monárquica” e não “movimento popular” (Q.3, §40). “O fato histórico da falta de iniciativa popular no desenvolvimento da história italiana, e o fato de que o ‘progresso’ seria verificado como uma reação das classes dominantes à rebelião esporádica e desorganizada rebelião das massas populares com as ‘restaurações’ que compreendiam algumas demandas populares, criando, portanto, ‘restaurações progressivas’, ou ‘revoluções-restaurações’, ou mesmo ‘revoluções passivas’” (Q.8, §25).

<sup>22</sup> “O conceito de revolução passiva me parece ser preciso não apenas para a Itália, mas também para outros países que modernizaram o Estado através de uma série de reformas ou guerras nacionais, sem passar, contudo, por uma revolução política de tipo jacobino” (Q.4, §57).

validade ainda mais abrangente, com valor descritivo de todo um período histórico europeu: de forma mais crua, ele se referia aqui ao período caracterizado como “Restauração” que seguiu após a exaustão das energias revolucionárias diante das múltiplas derrotas populares europeias de 1848, mas intensificadas pela derrota da Comuna de Paris. Nessa versão, a ‘revolução passiva’ apresenta-se como significante da pacificação e natureza assimiladora assumida pela hegemonia burguesa conforme ela se apresentara durante a época do imperialismo e se estendera durante a Primeira Guerra Mundial até a emergência do fascismo, a “forma atual” da revolução passiva nas décadas de 1920 e 1930. Em 1932, Gramsci ampliou sua análise conceitual para além das formas contemporâneas do Ocidente, do fascismo e do americanismo, ou fordismo, para detectar também sua nefasta presença no Oriente, no lar da revolução internacional, a própria URSS.

O termo “revolução” nessa terceira versão ainda se refere à capacidade da classe dominante se manter imóvel para conceder ganhos históricos reais e substantivos, promovendo assim transformações sociais concretas que poderiam ser compreendidas, ao menos formalmente, como progressistas; o termo “passivo” continuava a denotar a tentativa de produzir essas transformações sem o envolvimento extensivo das classes subalternas *enquanto* classes, mas sim por meio de uma absorção molecular dos principais elementos dentro de um projeto hegemônico já estabelecido (também conhecido como mecânica “transformista”, primeiro em sua forma molecular e depois em forma corporativa) (Cf. Q.13, §7). Contudo, revolução passiva, enquanto conceito, não mais se referia a um evento particular reconhecível inicialmente. Agora, em seu uso derradeiro, revolução passiva tomara um significado ainda mais geral, como uma lógica (de um certo tipo) de modernização.

O desenvolvimento do conceito de revolução passiva iria, de acordo com a análise textual empreendida até agora, envolver uma mudança gradual da ênfase de um substantivo para um adjetivo. Inicialmente colocada como um desenvolvimento ulterior da passagem do *Manifesto Comunista* que caracteriza a burguesia como “a mais revolucionária das classes” – ainda que a versão de Gramsci coloque maior ênfase nas formas políticas e instituições da modernidade, indo além da análise de Marx e Engels sobre as imensas transformações no mundo da produção – o conceito gramsciano parece

conduzir uma visão distópica da modernidade enquanto um processo de degeneração contínua, uma “gaiola de ferro” de “racionalização”, no seu sentido mais weberiano. Revolução passiva, por sua vez, seria uma “revolução” somente no nome, ou melhor dizendo, ela seria a antítese exata da revolução. Mais do que uma teoria da transformação ininterrupta do atual estado das coisas, como o conceito de Trotsky sugeriria, a revolução passiva de Gramsci apareceria como forma de descrever um processo de consolidação ininterrupta e calcificação da ordem dominante. Vista como um mecanismo refinado e um programa político de passivação das iniciativas populares, revolução passiva seria mais um lamento e não a explosão pela qual a heroica era moderna das revoluções chegaria ao seu término.

### A revolução permanente nos Cadernos do Cárcere

Tal leitura mais distópica, contudo, negligenciaria os desenvolvimentos conceituais complementares que Gramsci empreende acerca do conceito de revolução permanente, reflexões essas que foram conduzidas na mesma época, e de forma paralela, em que se deu sua pesquisa sobre revolução passiva. De forma crucial, é possível afirmar que esses desenvolvimentos se relacionaram diretamente com a teoria de Trotsky.<sup>23</sup> É famosa a discussão que Gramsci propõe, acerca da teoria de Trotsky, uma leitura que indica a sua total rejeição, dando luz a análises que conceberam tal crítica como uma dicotomia fundamentalmente calcada na divisão Oriente *versus* Ocidente (Sacarelli, 2007). A teoria da revolução permanente é caracterizada, em várias passagens dos *Cadernos do Cárcere*, como “um rótulo literário e individualista”, possivelmente um mero “reflexo político da teoria da guerra de movimento”, “cosmopolita – superficialmente nacional e superficial em termos de Ocidente e Europa”, como as teorias sindicalistas francesas e as teorias de Rosa Luxemburgo sobre as

---

<sup>23</sup> É importante notar que a primeira vez em que Gramsci discute o conceito de ‘hegemonia’ nos *Cadernos* (Q.1, §44), também retomada posteriormente no conceito de ‘revolução passiva’, conclui com uma discussão sobre o conceito de revolução permanente e uma crítica sobre o que Gramsci acreditava ser a versão de Trotsky sobre o tema.

greves que dependiam de uma “teoria da espontaneidade” (Q.7, §16). O próprio Trotsky aparece, em várias passagens dos *Cadernos*, vítima de críticas disparatadas, como essa: “de certa forma, [ele] pode ser considerado como um teórico político de ataques frontais num período onde isso só levará a derrotas” (Q.6, §138). Por fim, no contexto de uma discussão sobre o nexos nacional-internacional, a teoria da revolução permanente era caracterizada como uma reversão, e não como uma ruptura, à “ortodoxia” evolucionista da Segunda Internacional (na verdade, a perspectiva da corrente revisionista de Bernstein):

As fraquezas teóricas dessa forma moderna de um velho mecanismo estão mascaradas por uma teoria geral da “revolução permanente”, que não é nada mais do que uma previsão genérica que se apresenta como dogma, que inclusive destrói a si mesma devido ao fato de que ela não se manifesta de fato. (Q.14, §68).

Como Frank Rosengarten (1984) percebeu, boa parte da polêmica de Gramsci não é apenas injusta, mas também pode ser vista como uma confusa e incorreta atribuição. De fato, foi o próprio Trotsky que liderou a crítica da Terceira Internacional às “teorias de ataque frontal num período onde isso só levará a derrotas”, particularmente em relação ao aventureirismo e à impaciência revolucionária da Revolução Alemã.<sup>24</sup> De certa forma, as posições que Gramsci criticara eram o exato oposto daquelas que Trotsky defendia, tanto por sua concepção não-mecanicista de revolução permanente como também na integração dialética do nacional e do internacional na especificidade de uma conjuntura particular.

As razões pelas quais a quase deliberada e equivocada leitura de Gramsci sobre as posições de Trotsky são bastante variadas. Antigas desavenças políticas durante o período em que Gramsci esteve em Moscou podem ter tido alguma influência, assim como as caricaturas acerca do trotskismo que se tornaram comuns no movimento comunista internacional no final dos anos 1920. A sugestão feita sobre a impaciência de Trotsky ou de seu aventureirismo poderia ser resultado de uma correlação, na mente de Gramsci, entre as posições de Trotsky e demais opositores de Stalin na Internacional Comunista com as

---

<sup>24</sup> Para uma importante tentativa de repensar as metáforas de Gramsci da guerra de posição/guerra de movimento em relação à Trotsky, ver Bianchi (2008, p.199-252).

posições do antigo líder do Partido Comunista Italiano, Amadeo Bordiga. Por conta de sua política ultra-esquerdista intransigente, o filósofo italiano teria rompido após uma série de intensos debates que se seguiram no IV Congresso em Moscou (que, ironicamente, foram conduzidos com a influência, entre outros, do próprio Trotsky). Ainda assim, independente da razão principal, a rejeição contínua de Gramsci sobre a noção de revolução permanente, vista como uma utópica guerra de movimento, parece deixar pouco espaço para reconciliação com as coordenadas conceituais de sua própria teoria de revolução passiva, pela qual a teoria da hegemonia – tão complexa e articulada como a guerra de movimento – seria elaborada como resposta.

Além disso, em várias vezes Gramsci pareceu rejeitar não apenas a teoria da revolução permanente de Trotsky, mas também a noção de revolução permanente tal como fora concebida por Marx e Engels. Descrevendo a extensão da revolução passiva numa escala europeia que se iniciaria a partir da derrota da Comuna de Paris e da consolidação daquilo que ele chamara de “Estado integral” burguês, Gramsci argumentara que:

No período após 1870, com a expansão colonial da Europa, todos esses elementos mudaram. As relações organizacionais internas e internacionais do Estado tornaram-se mais complexas e massivas, e a fórmula de 1848 da “Revolução Permanente” é *expandida e superada* na Ciência Política através da fórmula da “hegemonia civil” (Q.13 §7, *itálicos no original*).<sup>25</sup>

Em outras notas, contudo, Gramsci sugeria que a teoria da hegemonia que ele desenvolvera seguia Lenin e era, em certo sentido, uma teoria da revolução permanente ela mesma, ou seja, uma alternativa para a teoria de Trotsky (e em certo sentido também uma competição com ela). Essa rivalidade iria, de fato, constituir a razão teórica fundamental (ao invés de razões pessoais e políticas) que motivaria a sua crítica: Gramsci afirmava que Trotsky, ao contrário de Lenin, não entendera as referências de Marx e Engels à permanência da revolução em seu contexto histórico e, por sua vez, havia sido incapaz de

---

<sup>25</sup> *Superare*, aqui colocado, refere-se ao verbo “superar”, uma tradução italiana padrão do termo *aufheben*, usado por Hegel. Gramsci parece emprega-lo para demonstrar uma relação semelhante de “preservar a negação”.

empreender uma coerente “atualização” da teoria nas condições específicas da conjuntura pós-Primeira Guerra Mundial. No início de 1930, ele afirmara que

Acerca do slogan “jacobino” formulado entre 1848 e 1849 por Marx ao se referir a Alemanha, sua complexa fortuna é digna de estudo. Tomada pelo grupo de Pavrus e Bronstein posteriormente, ela fora sistematizada, desenvolvida e intelectualizada, provando-se inerte e ineficiente em 1905 e no período posterior. Ela tornara-se uma coisa abstrata, típica de um gabinete científico. Por outro lado, a corrente que a repreendeu nessa sua manifestação intelectualizada, sem usá-la «de propósito», empregou-a, de fato, na sua forma histórica, concreta, viva, adaptada ao tempo e ao lugar, tal como emergindo de todos os poros da sociedade que era necessário transformar, em aliança firmada entre duas classes, com a hegemonia de um grupo urbano.

Em um caso, o que tínhamos era um temperamento jacobino sem um conteúdo político adequado; no segundo caso, um temperamento e conteúdo jacobino derivando de novas relações históricas e não segundo um rótulo intelectualista. (Q.1, §44).

Em maio de 1932, Gramsci ampliou seu argumento, afirmando que:

O grande teórico moderno da filosofia da práxis, no terreno da luta política e de sua organização, a partir de uma terminologia política – em oposição às diversas tendências economicistas – reavaliou o *front* de luta cultural e construiu a doutrina da hegemonia como um complemento da teoria do Estado-enquanto-força, e sendo assim, como a forma atual da doutrina referente à 1848 da revolução permanente (Q.10i, §12).<sup>26</sup>

O que Gramsci havia entendido como “doutrina da revolução permanente referente à 1848”? E de que maneira sua “forma atual” poderia ser destacada como uma “doutrina da hegemonia”?

### A revolução em permanência

Como os próprios Marx e Engels, Gramsci havia refletido criticamente sobre ambas as limitações e as forças da noção jacobina e da prática da

---

<sup>26</sup> O “grande teórico moderno da filosofia da práxis” é uma referência a Lenin.

revolução permanente, assim como os seus herdeiros, “os homens de 1848”. Como na crítica de Marx em *A Questão Judaica*, as limitações do conceito parecem dar consistência à noção gramsciana de um escalonamento do processo político de transformação que não necessitaria instâncias mediadoras que pudessem embasar tal processo numa real reorganização socioeconômica no âmbito da sociedade civil (Q.1, §48).<sup>27</sup> Foi justamente a partir dessa compreensão sobre a “permanência” da revolução que a posição de Gramsci fora “suplantada” pela complexidade cada vez maior das instâncias mediadoras políticas e sociais que agiam dentro das “trincheiras” da sociedade civil após 1848. Além disso, ele acreditava ter encontrado essa mesma fraqueza também naquilo que ele via como uma “teoria abstrata” de Trotsky. A força do exemplo jacobino de Gramsci, por outro lado, residia na elaboração de um processo político estruturado que levantava a questão da organização das relações de força capazes de transcender as divisões já estabelecidas dos interesses numa determinada formação social – a ‘permanência’ é entendida aqui não como simples continuidade temporal em desenvolvimento, mas também como ‘persistência’, num sentido quase maquiavélico. Era essa a dimensão da doutrina “referente à 1848” da revolução permanente que Gramsci argumentara ter sido herdada – “expandida e suplantada” – na fórmula da “hegemonia civil”, particularmente como fora posteriormente desenvolvida e debatida pelos bolcheviques antes e depois da Revolução de Outubro.<sup>28</sup>

Um precedente para essa leitura pode ser também encontrado nos textos de Marx e Engels, especialmente em suas reflexões sobre a experiência de 1848 e seus resultados. Nesse caso, contudo, eles não usam o termo “revolução permanente” da mesma forma que haviam feito no *Vormärz*, algo feito por muitos outros radicais cuja imaginação era agitada pela ideia de repetir, ou representar, as contínuas transformações dos anos mais radicais da Revolução Francesa. Uma quase indiscernível e praticamente inexistente diferença semântica nos mostra a mudança rumo a um distinto e novo conceito: a dizer, a

---

<sup>27</sup> Aqui Gramsci percebe os limites de classe do programa jacobino, particularmente em relação à lei de Le Chapelier de 1791, que limitava formas de organização política e popular.

<sup>28</sup> Para uma discussão sobre os diversos usos da revolução permanente em Gramsci, com um foco específico no seu sentido político durante todos os *Cadernos do Cárcere*, ver Frosini (2009, p.32-39).

noção de “revolução em permanência”, não como uma descrição histórica, mas como um imperativo programático.

Na obra de Marx e Engels, o slogan da revolução em permanência representava simultaneamente uma ruptura e uma refundação.<sup>29</sup> Ela rompia assim com a perspectiva política que almejavam até as revoluções de 1848, a dizer, a possibilidade de uma (ainda que temporária) aliança entre os proletários e as “classes mais revolucionárias”, o que nas palavras do *Manifesto* significava basicamente a burguesia. De acordo com esse cenário, uma aliança de classes com aspirações democráticas seria formada a partir de uma burguesia progressista e dos desejos de transformação socioeconômica por um nascente proletariado, e isso iria desencadear uma luta contra os resquícios do Estado absolutista, propondo então um programa racional de modernização política. No caso específico do “desenvolvimento tardio” alemão, uma revolução democrático-burguesa seria o prelúdio imediato para uma revolução proletário-comunista, gerando assim uma profunda transformação socioeconômica. Foi essa forma de “visão telescópica”, ou “compressão” de duas revoluções em um processo contínuo que, como vimos, foi tomada e desenvolvida posteriormente por Trotsky.

A experiência de 1848 e seu desfecho, contudo, convenceu Marx e Engels de que tal aliança não era mais viável. Na Alemanha, em particular, a burguesia havia se comprometido com elementos antidemocráticos da velha ordem, fazendo com que a concepção etapistas anterior de um “prelúdio burguês” para uma revolução proletária não fosse mais possível. No máximo, o que se poderia esperar é que as forças democráticas da pequena burguesia poderiam tentar uma limitada revolução política, mas que fecharia (ao invés de abrir) as possibilidades para uma maior transformação radical. Marx e Engels responderam a isso refundando seu entendimento da revolução no terreno de um programa político independente da classe trabalhadora. Sugerido inicialmente em 1849, a transição decisiva ocorrera na *Mensagem da Direção Central da Liga Comunista*, em março de 1850. Mais do que uma “sequência” ao *Manifesto do Partido Comunista*, como foi algumas vezes interpretado, esse

---

<sup>29</sup> Para uma análise filológica mais extensiva sobre o desenvolvimento desse conceito no final dos anos 1840 na obra de Marx e Engels, ver (DRAPER, 1978. p.169-263, p.591-595, p.599-612).



breve discurso representaria uma *Aufhebung* (negação) pós-revolucionária. Marx e Engels declararam que era necessário que o movimento operário

fizesse a revolução permanente até que todas as classes mais ou menos possidentes estejam afastadas da dominação, até que o poder de Estado tenha sido conquistado pelo proletariado, que a associação dos proletários, não só num país, mas em todos os países dominantes do mundo inteiro, tenha avançado a tal ponto que tenha cessado a concorrência dos proletários nesses países e que, pelo menos, estejam concentradas nas mãos dos proletários as forças produtivas decisivas (MARX; ENGELS, 1975-2005).

Eles ainda especificaram as dimensões conjunturais dessa análise: num período em que as energias revolucionárias de 1848 estavam se dissipando, ou mesmo sendo demolidas por uma burguesia que era agora muito menos revolucionária, se não até mesmo reacionária, e também “substituída” por uma pequena burguesia, o movimento dos trabalhadores deveria resistir a qualquer tentativa de “debandar”, “recusar” ou “abdicar” da revolução. Em particular, diante de um eventual recrudescimento da luta revolucionária, a Liga Comunista advogava que

Os operários, antes de tudo e tanto quanto possível, têm de agir contra a pacificação burguesa e obrigar os democratas a executar as suas atuais frases terroristas. Têm de trabalhar então para que a imediata efervescência revolucionária não seja de novo logo reprimida após a vitória. Pelo contrário, têm de mantê-la viva por tanto tempo quanto possível (IBID.).

Tal contínuo ou ininterrupto processo, todavia, só poderia ser sustentado se o movimento operário estivesse organizado independentemente a partir de uma série de políticas correspondentes aos seus interesses de classe – em particular, um ataque consistente sobre a propriedade privada dos meios de produção. Marx e Engels, por sua vez, concluem que o “grito de guerra” do proletariado deveria ser: “A revolução em permanência!” (IBID.).

Essa estratégia performativa relembra um dos elementos mais constantes nas diferentes ondas de radicalização da “longa Revolução Francesa”: desde o Juramento do Jogo da Péla, em 1789, e a recusa de dispersar o Terceiro Estado organizado, até as declarações das assembleias seccionais durante o ano de 1793,

em particular aquelas que se manteriam em estado de “permanência”, o termo era utilizado para significar a intenção de manter-se constituído como um corpo político e público ativo, ao invés de ser reduzido aos “direitos” de uma cidadania passiva (Cf. SEWELL, 1988). De fato, a própria declaração de permanência constituía um ato político, conquanto ela defendesse o direito de existência pública sem ter de responder a uma figura de autoridade ou qualquer outra instância que não fosse sua própria declaração. Estar “em permanência” tem aqui a conotação de não ser mero desenvolvimento temporal contínuo, ou mesmo a ausência de uma interrupção: mas sim, uma imanência do processo revolucionário. De forma ainda mais crucial, ela apontava para uma persistência institucional auto-constituída num movimento organizado, que encontrava sua base de legitimidade no seu próprio ato de organização desafiador; a imanência da forma revolucionária concebia também seu conteúdo.

A “atualização” de Marx e Engels acerca de sua estratégia performativa a partir de seu chamado para uma “revolução em permanência” em 1850 não era, portanto, uma simples repetição da previamente destacada teoria da revolução, vista aqui como compressão das etapas históricas, ou fusão dos diferentes tipos de revolução. Nem mesmo ela pode ser reduzida como uma tentativa desesperada de exortar as forças derrotadas de 1848 para “mais um assalto ao forte”. Ela era, num sentido mais fundamental, o chamado para uma constituição duradoura do movimento operário enquanto uma força política independente, organizada a partir de objetivos políticos independentes e que correspondessem aos interesses de classe e, simultaneamente, àqueles que de sua própria transformação sócio-política. Não há nenhuma indicação de que Marx e Engels tenham abandonado essa perspectiva, apesar das derrotas políticas e retrocessos que logo viriam na década de 1850; ao contrário, pois seus termos foram aprofundados e desenvolvidos especialmente diante dos eventos da Comuna de Paris que os obrigaram a retomar suas memórias acerca das posições políticas no início da década de 1840.<sup>30</sup> Pode-se afirmar que tais questões funcionaram como uma herança a fim de compreendermos a ideia de

---

<sup>30</sup> Para uma análise do papel da revolução permanente nas reflexões de Marx sobre a Comuna, ver especialmente Kouvelakis (2007b).

‘permanência da revolução’ e que servira de base para Gramsci elaborar seu conceito de hegemonia, e em particular a especificidade da hegemonia política da classe operária, incorporada na figura maquiavélica do “Príncipe moderno”, como uma contrapartida a já consolidada forma estrutural da hegemonia burguesa de sua época: a revolução passiva.

## Conclusão

Ambos Gramsci e Trotsky responderam aos desafios das mudanças nas coordenadas da conjuntura pós-Primeira Guerra Mundial ao elaborarem novas concepções de revolução. De forma significativa, ambos o fizeram tentando basear suas proposições numa interpretação derivada de um conceito central acerca da revolução na antiga tradição marxista: a revolução permanente, ou a revolução em permanência. No caso de Trotsky, o resultado foi uma teoria sofisticada que parecia capaz de lidar com os contornos de movimentos revolucionários que respondiam à forças modernizadoras que marcaram o período entre-guerras e, particularmente, a onda de lutas anticoloniais e de libertação nacional após a Segunda Guerra Mundial. Em 1905, assim como em 1917, parecia que a modernização política e socioeconômica poderia coincidir e até mesmo trazer à tona a possibilidade de uma transação direta para o socialismo. O conceito de revolução passiva de Gramsci, por outro lado, provia uma descrição detalhada sobre as estratégias empregadas pelas classes dominantes para conseguirem prevenir qualquer sincronização do político com o socioeconômico. Enquanto análise da formação dos Estados europeus no final do século XIX, o conceito provia uma poderosa narrativa para explicar as condições que possibilitaram tanto a emergência do regime fascista na Itália, assim como a absorção de movimentos oposicionistas pela ordem política existente e que marcaria a formação da socialdemocracia no período entre-guerras.

Ainda assim, ambas teorias foram marcadas e até mesmo consignadas por sua época, de tal forma que se pode colocar em dúvida sua relevância para os dias atuais. Como o modo de produção capitalista se transmutara novamente ao longo do período posterior ao *boom* da Segunda Guerra Mundial, a teoria da revolução permanente de Trotsky, assim como a teoria do desenvolvimento

desigual e combinado, perdera tanto sua relevância estratégica como sua capacidade analítica para explicar as razões políticas pelas quais os movimentos revolucionários não conseguiram manter-se “em permanência”. A teoria da revolução passiva de Gramsci, por sua vez, parece ter sofrido destino diferente: quanto maior sua capacidade analítica para explicar as formas e fundações políticas da hegemonia burguesa ganhava ênfase, mais difícil parece ser refletir sobre as práticas políticas que poderiam romper com essa “gaiola de aço”. Talvez seja na dialética entre os diferentes conceitos de Trotsky e Gramsci, entre tempo e forma, iminência e imanência, do movimento revolucionário, que se pode dar início a similares tentativas de atualização e fortalecimento das teorias da revolução marxista na atualidade.

### Referências Bibliográficas

- ALLINSON, J.; ANIEVAS, A. The uses and misuses of uneven and combined development: An anatomy of a concept. *Cambridge Review of International Affairs*, n. 22, p.47–67, 2009.
- ANDERSON, K. The Rediscovery and Persistence of the Dialectic in Philosophy and in World Politics. In: BUDGEN, S.; KOUVELASKIS, S.; ŽIŽEK, S. (orgs.). *Lenin Reloaded*. Durham, NC: Duke University Press, 2007.
- BALIBAR, E. The Philosophical Moment in Politics Determined by War: Lenin 1914-1916. In: BUDGEN, S.; KOUVELASKIS, S.; ŽIŽEK, S. (orgs.). *Lenin Reloaded*. Durham, NC: Duke University Press, 2007.
- BIANCHI, A. *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2008.
- BUSH, R. Egypt: A Permanent Revolution? *Review of African Political Economy*, v. 38, n. 128, p.303-307, 2011.
- CANDEIAS, M. *Neoliberalismus, Hochtechnologie, Hegemonie. Grundrisse einer transnationalen Produktions- und Lebensweise*. Hamburg-Berlin: Argument, 2004.
- COUTINHO, C. N. *Gramsci's Political Thought*. Leiden: Brill, 2012 [1999].
- DAVIDSON, N. From Uneven to Combined Development. In: DUNN, B.; RADICE, H. *100 Years of Permanent Revolution: Results and Prospects*. London: Pluto, 2006.
- \_\_\_\_\_. From Deflected Permanent Revolution to the Law of Uneven and Combined Development, *International Socialism*, n. 128, 2010.

- \_\_\_\_\_. *How Revolutionary were the Bourgeois Revolutions?* Chicago: Haymarket, 2012
- DAY, R.; GAIDO, D. (orgs.) *Witnesses to Permanent Revolution: The Documentary Record*. Leiden: Brill, 2009.
- DRAPER, H. Karl Marx's *Theory of Revolution*. Monthly Review Press, 1978, v. II (The Politics of Social Classes).
- DUNN, B.; RADICE, H. (orgs.). *100 years of Permanent Revolution: Results and Prospects*. London: Pluto, 2006.
- ELEY, G.. *Forging Democracy: the History of the Left in Europe, 1850–2000*. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- FRANCIONI, G. *L'officina gramsciana: Ipotesi sulla struttura dei 'Quaderni del carcere'*. Naples: Bibliopolis, 1984..
- FROSINI, F. Beyond the Crisis of Marxism: Thirty Years Contesting Gramsci's Legacy. In: BIDET, J.; KOUVELASKIS, S. (orgs.) *Critical Companion to Contemporary Marxism*. Leiden: Brill, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Da Gramsci a Marx*. Rome: Deriveapprodi, 2009.
- \_\_\_\_\_. Reformation, Renaissance and the state: the hegemonic fabric of modern sovereignty. *Journal of Romance Studies*, v. 3, n. 12, 2012.
- GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*. Turin: Einaudi, 1975. 4v.
- \_\_\_\_\_. *Pre-Prison Writings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- HALL, S. 1988. Gramsci and Us. In: HALL, S. *The Hard Road to Renewal*. London: Verso, 1988.
- HAUG, W. F. *Philosophieren mit Brecht und Gramsci*. Hamburg-Berlin: Argument, 2006.
- KANOUSI, D. *Una introducción a los Cudernos de la Cárcel de Antonio Gramsci*. México D.F.: Benemerita Universidad Autonoma de Puebla/International Gramsci Society/Plaza y Valdez, 2000.
- KNEI-PAZ, B. *The Social and Political Thought of Leon Trotsky*. Oxford: Oxford University Press, 1979.
- KOUVELAKIS, S. Lenin as Reader of Hegel: Hypotheses for a Reading of Lenin's Notebooks on Hegel's The Science of Logic. In: BUDGEN, S.; KOUVELASKIS, S.; ŽIŽEK, S. (orgs.). *Lenin Reloaded*. Durham, NC: Duke University Press, 2007a.
- \_\_\_\_\_. Marx's Critique of the Political. From the Revolutions of 1848 to the Paris Commune. *Situations*, v.2, n. 2, 2007b.

- LARSSON, R. *Theories of Revolution: From Marx to the First Russian Revolution*. Stockholm: Almqvist & Wiksell, 1970.
- LENIN, V. The Tasks of the Proletariat in Our Revolution (Draft Platform for the Proletarian Party). *Collected Works*. Moscow: Progress Publishers, 1964. v. 24.
- LIGUORI, G. *Gramsci conteso: Interpretazioni, dibattiti e polemiche 1922–2012*. Rome: Editori Riuniti University Press, 2012.
- LIH, L. Democratic Revolution in Permanenz. *Science & Society*, v. 76, n. 4, p.433-62, 2012.
- LÖWY, M. *The Politics of Combined and Uneven Development: The Theory of Permanent Revolution*. London: New Left Books, 1981.
- \_\_\_\_\_. The Marxism of Trotsky's "Results and Prospects". Permanent Revolution: A decisive break with the mechanical Marxism of the 2<sup>nd</sup> International. *International Viewpoint*, 2006. Disponível em: <<http://internationalviewpoint.org/spip.php?article1118>>.
- LUKÁCS, G. *Lenin: a Study on the Unity of his Thought*, London: NLB, 1970.
- MANDEL, E. *Late Capitalism*. London: Verso, 1975.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Collected Works*. London: Lawrence and Wishart, 1975-2005.
- MAYER, A. J. *The Persistence of the Old Regime: Europe to the Great War*. New York, NY: Pantheon Books, 1981.
- MICHAEL-MATSAS, S. The Arab Spring: The Revolution at the Doors of Europe. *Critique*, v. 39, n. 3, p.421-32, 2011.
- MORTON, A. *Unravelling Gramsci: Hegemony and Passive Revolution in the Global Political Economy*, London: Pluto, 2007.
- \_\_\_\_\_. The Continuum of Passive Revolution. *Capital & Class*, v. 34, n. 3, p.315–342, 2010.
- PROUDHON, P. *Selected Writings*. London: MacMillan, 1969.
- RAPONE, L. *Cinque anni che paiono secoli: Antonio Gramsci dal socialismo al comunismo*. Roma: Carocci, 2011.
- REHMANN, J. *Max Weber: Modernisierung als passive Revolution*. Hamburg-Berlin: Argument, 1998.
- ROSENBERG, J. Globalisation Theory: a Post-Mortem. *International Politics*, v. 42, n. 1, 2005.
- ROSENGARTEN, F. The Gramsci-Trotsky Question (1922–1932). *Social Text*, n. 11, p.65–95, 1984-1985.

- SACCARELLI, E. *Gramsci and Trotsky in the Shadow of Stalinism: The Political Theory and Practice of Opposition*. New York: Routledge, 2007.
- SEWELL, W. Le Citoyen/la Citoyenne: Activity, Passivity, and the Revolutionary Concept of Citizenship. In: Lucas, C. (org.). *The Political Culture of the French Revolution*. Oxford: Pergamon Press, 1988.
- TROTSKY, L. *The Permanent Revolution & Results and Prospects*. New York: Pathfinder Press, 1969.
- VAN DER LINDEN, M. The “Law” of Uneven and Combined Development: Some Underdeveloped Thoughts. *Historical Materialism*, v. 15, n. 1, p.145-65, 2007.
- VAN REE, E. Marxism as Permanent Revolution. *History of Political Thought*, v. XXXIV, n. 3, p.540-63, 2013.